

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(48.548)	(45.437)
Efeitos reconhecidos no resultado	(2.992)	(3.111)
Saldo final do exercício	(51.540)	(48.548)
6.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar		
Imposto de renda – IRR	1.898	3.480
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	47	746
Tributo sobre o lucro a recuperar	1.947	4.226
Ativo circulante	1.947	4.409
Ativo não circulante	-	17

6.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos: **a) Política contábil material:** Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa e as características montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações. A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2025	2024
Outros tributos		
Outros impostos indiretos ⁽¹⁾	21.361	20.638
Outros	23	21
Outros tributos	21.404	20.920
Encargos setoriais a recolher		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	111	107
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	26	2
Outros encargos setoriais	141	130
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	21.545	21.050

Passivo circulante	250	368
Passivo não circulante	21.295	20.682

⁽¹⁾ Contempla os outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo os tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027. Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia classifica o período de coexistência dos sistemas tributários. Os outros tributos diferidos afetados são que seja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como o entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória. A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados à aplicação das novas regras, fluxo de caixa e o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.113	1.819
Fundos de investimento	1.741	4.239
Total	6.854	6.058

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2025	2024
Contas exclusivas		
Operações compromissadas	1.615	4.239
CDB	126	-
Total	1.741	4.239

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, existindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Perdas de crédito esperadas		
Receivável	2.388	(112)
Contas a receber, líquidos	2.276	2.038
Total	2.276	2.038
Circulante	2.276	1.970

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
Perdas de crédito esperadas		
Receivável	2.060	(7)
Perdas de crédito esperadas	1.963	(6)
Total	1.963	(6)
A vencer		
Entre 1 e 90 dias	5	(1)
entre 91 e 180 dias	20	(8)
entre 181 e 365 dias	249	(25)
Acima de 365 dias	249	(47)
Total	2.388	(112)
Perdas de crédito esperadas	2.038	(68)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(68)	(120)
Adições	(44)	-
Reversões	52	-
Saldo final do exercício	(112)	(68)

8.2. Política contábil material e julgamentos críticos: **a) Política contábil material:** O contas a receber são ativos financeiros de curto prazo (veja a nota 14.4) e são reconhecidos pelo método de custo líquido de recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. A matriz de perda é calculada com base no histórico de inadimplência de negócio. A companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devido à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	221.456	215.910
Remuneração do ativo contratual	23.559	22.914
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(7.997)	(7.131)
Adições e mensuração do ativo contratual	2.023	(237)
Saldo final do exercício	229.121	221.456
Ativo circulante	18.663	17.825
Ativo não circulante	210.458	203.631

9.1. Política contábil material: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrações entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão elétrica e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Este recebimento é estabelecido com base no investimento feito na infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte atrelada de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem delegar essa tarefa. **9.2. Estimativas e julgamentos críticos:** Para mensuração do ativo de contrato, a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflete o componente de financiamento para o Poder Concedente, (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP. A parcela do ativo contratual vinculada ao direito

NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revisada sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	88.327	86.663
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(6.854)	(6.058)
Caixa líquido de dívida	81.473	80.605
10.2. Empréstimos e financiamentos: As dividas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$").		
a) Saldos dos contratos por moeda:		
Denominados em R\$	88.327	86.663
Indexados a taxas flutuantes	88.327	86.663
Circulante	6.327	4.663
Não circulante	82.000	82.000

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ¹	Juros ¹	Total
2026	-	12.706	12.706
2027	-	12.601	12.601
2028	-	12.758	12.758
Total	82.000	50.666	132.666

¹ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de maturação das dívidas da Companhia é de 3,58 anos (4,58 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	86.663	82.000
Efeito no fluxo caixa:		
Captação	-	(10.641)
Pagamento de encargos de dívida	-	-
Efeito não caixa	12.305	4.663
Saldo final do exercício	88.327	86.663

a) Condições restritivas financeiras (Covenants): Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *Covenants*. O *Covenant* da Companhia é calculado anualmente e obriga a manter dívida líquida sobre o EBITDA abaixo ou igual ao limite contratual 5,5. A Companhia identificou o evento de não atingimento do índice de dívida líquida sobre o EBITDA, do *Covenant* presente na escritura de debênture, porém a escritura prevê o descumprimento por 1 (um) período ao longo da vigência da Emissão sem ensejo de inadimplimento. Este evento não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 por ser o único descumprimento. A Administração da Companhia continua monitorando este indicador. A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejassem vencimento antecipado de suas operações financeiras. **10.2.1. Política contábil material:** As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2025	2024
Provisão para processos judiciais	155	-
Total	155	-

Passivo não circulante 155 -

11.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas na esfera administrativa e judicial, relacionadas a horas-extras, adicionais, questões salariais e responsabilidade subsidiária/solidária. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados da seguir:

	2025	2024
Provisões Trabalhistas	-	155
Adições e reversões, líquido	121	121
Atualização monetárias	34	34
Total	155	155

b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados da seguir

	2025	2024
Provisões Trabalhistas	940	734
Total	940	734

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (i) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e reequandamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **11.2. Política contábil material e julgamentos críticos:** **a) Política contábil material:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$55.683 (R\$ 55.683 em 2024), totalmente integralizado, dividido em 55.682.968 ações ordinárias (55.682.968 em 2024), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Total	Lote de mil ações
Acionista	ações	%
Neoenergia Transmissão S.A.	55.683	100%
Total	55.683	100%

Em 26 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou a redução do capital social subscrito da Companhia, de R\$84.883 para R\$55.683, mediante o cancelamento de 29.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia, em decorrência da redução do capital social da Companhia, determinando a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JSCP) baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	6.199	14.087
Reserva legal	(510)	(704)
Lucro líquido ajustado	5.689	13.383
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(1.664)	(72)
Lucro líquido a distribuir	4.225	13.362

Remuneração		
Mínima obrigatória	1.472	3.346
Remuneração adicional	2.753	10.016
Total	4.225	13.362

Natureza da remuneração: Dividendos Juros sobre capital próprio⁽¹⁾

⁽¹⁾ Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF. Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Valor deliberado	Valor por ação
Deliberação	2025	2024
AGE de 30 de abril de 2025	1.617	0,029039
AGO de 30 de abril de 2025	21	0,000377
AGE de 25 de julho de 2025	2.608	0,046837
Total	4.246	0,076253

2024		
AGE de 27 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	2.437
AGE de 30 de abril de 2024	Dividendos Intermediários	1.848
AGE de 27 de junho de 2024	Dividendos a partir da reserva de lucros	35.570
AGE de 27 de junho de 2024	Dividendos Intermediários	2.387
AGE de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	1.281
AGE de 11 de novembro de 2024	Dividendos Intermediários	3.860
AGE de 18 de dezembro de 2024	Dividendos Intermediários	1.549
Total	51.932	0,9326339

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.317	12.531
Declarados no exercício	4.225	56.595
Declarados de exercícios anteriores	21	-
Imposto de renda retido na fonte	(1.148)	(66.661)
Pagos no exercício	-	1.317
Saldo no final do exercício	4.225	1.317

12.3. Reservas de lucros: **a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver o lucro líquido do exercício não realizado em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva esperada da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista. **c) Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. **12.4. Política contábil material:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também ações geradas pela Companhia que foram formalmente incorporados através de

reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passiva nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

13.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

	2025	2024
Acionistas	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia
Contas a receber e outros ^(a)	270	149
Total	270	149

Passivo Fornecedores e contas a pagar^(b) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar^(c)

	158	158	-	150	150
	-	-	1.317	-	1.317
	-	-	158	1.317	150
Total	158	158	1.317	150	1.467

13.2. Transações com partes relacionadas:

	2025	2024
Subsidiárias da Neoenergia	Coligadas	Total
Resultado do exercício	1.366	688
Receita operacional líquida (a)	(1.823)	-
Custos dos serviços (b)	688	231
Total	221	944

13.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Índice de correção / remuneração							
Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / Passivo	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	35 anos	2045	270	688
(a)	Neoennergia Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2027	57	435
(a)	Elektro Redes	TUST	IPCA	25 anos	2027	35	358
(a)	Neoennergia Pernambuco	TUST	IPCA	30 anos	2020	27	259
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2028	(158)	(1.823)